

Raça, classe e política no Brasil

MÁRIO MAESTRI *

Em meados de 2006, manifesto ao Parlamento contra os projetos que propõem a *discriminação positiva* de brasileiros com alguma afro-ascendência, relançou a discussão sobre o combate às seqüelas do racismo, jamais enfrentada sistematicamente pela esquerda marxista que, porém, sempre enfatizou a importância da escravidão e do racismo na luta de classes no Brasil.

A defesa de *discriminação positiva* apoiar-se-ia em argumentos sólidos. No Brasil, devido à escravidão, os negros seriam explorados pelos brancos desde sempre. A sociedade liberal proporia a liberdade de competição com desigualdade dos concorrentes. As medidas universais – educação, trabalho etc., – não melhorariam a desigualdade racial. Apenas a *discriminação positiva* equilibraria a *discriminação negativa*.

Os negros destacam-se entre os setores mais explorados e o racismo motiva violências que devem ser combatidas com programas específicos. Porém, a política de *discriminação positiva* subentende *reorganização* racial do Brasil que desorganiza o movimento social e não interpreta a população negra explorada.

Em fins de 1950, nos EUA, aplicou-se vasto programa de *discriminação positiva*. Porém, hoje, os negros pobres seguem na miséria, a população carcerária é sobretudo negra, o negro termina mais facilmente na prisão que na universidade. O fracasso social dessa política não impediu que alcançasse seus objetivos: aliviar as tensões sociais, fortalecer o liberalismo e dividir os trabalhadores.

É mito liberal a premiação do valor individual na disputa social. Até a II Guerra, a violência manteve os afro-estadunidenses na submissão. Nos anos 1950, o avanço da luta social no mundo e nos EUA expôs as falácias daquela sociedade, espelhada no monopólio branco das *elites*, fato explicado como devido às seqüelas da escravidão.

Apoiado no ideário socialista, o trabalhador europeu obteve direitos sociais universais – saúde, educação etc. A fragilidade do trabalhador nos EUA ensejou

* Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, RS.

que se substituíssem essas concessões, aos quais o capital se opõe por razões econômicas, ideológicas etc, por facilidades que permitiram a progressão social de membros das *minorias*, em geral melhor posicionados; fortaleceram a retórica liberal da meritocracia; substituíram investimentos e reformas estruturais. A política *enegreceu* a parte visível das *elites*; ampliou o apoio da classe média negra; dividiu a população; tornou-se recurso liberal vitorioso a ser exportado.

No Brasil moderno jamais houve exclusivismo racial na exploração, mesmo cabendo em *algumas* regiões o papel de sub-proletariado *sobretudo* ao negro. A proposta de país dividido em brancos exploradores e negros explorados e de trabalhador branco privilegiado pela super-exploração do negro são sandices apoiadas na manipulação das estatísticas e dos fatos econômicos.

A fragilidade de Portugal exigiu a *assimilação* de comunidades não-européias e impediu apoiar o domínio colonial despótico fortemente na retórica racial. No Brasil, após 1930, a ideologia da unidade nacional e racial foi discurso dominante, acompanhado de forte hierarquia racial e social. O caráter pluri-racial do mundo do trabalho impregnou positivamente a idéia de comunidade nacional.

Razões sociais regeram a escravidão, apesar do papel do racismo. Sobretudo africanos e descendentes formaram o braço feitorizado, ensejando que *brancos* e *negros* se opusessem durante a escravidão, apesar das narrativas de progressão social habitual do cativo, contra-ponto historiográfico das propostas atuais de progressão de negros na sociedade de classes.

Na escravidão, *branco* e *negro* eram categorias *sociais*. O *branco* era o proprietário e o *negro* o produtor, mesmo se o *branco* possuísse igual ou maior afro-descendência do que seu *negro* e se comportasse com ele como um *branco*. A pele tinha importância na escravidão. Os cativos claros serviam como domésticos, obtinham mais facilmente a difícil alforria, eram marcados com açoites para que não se fizessem passar por mulatos livres.

Apesar do revisionismo historiográfico, não houve solidariedade racial estrutural sobre as classes. Feitores, capitães-do-mato, soldados etc. eram em geral negros livres. Os *senhores* luso-brasileiros jamais trataram com deferência a população branca pobre que pode conhecer condições materiais inferiores às dos cativos melhor posicionados.

Branco pobres amalgamavam-se social e racialmente à população livre de origem nativa e africana e africanos e afros-descendentes ricos dissolviam-se entre os euro-descendentes, reiterando permanente a correlação tendencial entre classe e raça. Os negros livres eram tendencialmente penalizados na escassa mobilidade social.

A redução do Brasil a mundo de brancos ricos e negros pobres reconstrói a história do imigrante. O colono chegou ao Brasil sobretudo após 1850, pagando pela terra: viveu do seu trabalho, não explorou ninguém e foi explorado. As cabe-

ças loiras e negras dos acampamentos dos sem-terra registram exploração que não exclui ninguém. A industrialização apoiou-se na exploração do euro-descendente que conheceu a repressão e a exploração e sofreu, também, em forma indireta, a super-exploração do negro, que desvaloriza o salário. Não há razão para o jovem branco trabalhador ser discriminado na educação e trabalho pela cor.

O Brasil possui regiões dominadas pela população negra e outras, por descendentes de nativos e europeus. Em todas, subsiste forte população mestiça. *A racialização* do Brasil manipula os dados. Para propor que quase 50% da população seja negra, define como tal todo brasileiro com alguma afro-ascendência, por mínima que seja.

A estranha soma fusiona como negros brasileiros com forte afro-descendência e aqueles que, sobretudo pela situação social, se têm e são tidos por brancos. Levando ao absurdo o paradoxo, Kabegle Munanga propõe: “Se um garoto, aparentemente branco, declarar-se como negro e reivindicar seus direitos, num caso relacionado com as cotas, não há como contestar”¹. Abre, assim, caminho, no interior da ótica étnica, à discriminação do negro realmente objeto do racismo.

Nos pólos sociais do Brasil, os muito ricos são sobretudo brancos e entre os pobres há muitos negros. Porém, há negros ricos e multidões de brancos miseráveis. A população é formada sobretudo por brancos, negros, mestiços etc em geral sem identidade étnica, que sobrevivem em sociedade onde um patrão branco ou negro não privilegia o trabalhador, por ser branco, ainda que possa o espremer, por ser negro.

Nos anos 1980, organizações estadunidenses como a *Ford Foundation* pregaram, entre militantes negros, que também o Brasil não teria classes, mas etnias – africana, lusitana, italiana etc. – privilegiadas ou discriminadas, coeridas por valores e interesses únicos, que deveriam organizar-se isoladamente.

Nos anos 1990, a proposta de *racialização* do Brasil ganhou a liderança negra, e dos frágeis setores médios, ao prometer-lhes funções representativas na sociedade e conquistas pontuais, mesmo nada oferecendo à massa negra marginalizada. A depressão dos valores universalistas, racionalistas, socialistas etc, quando da vitória da contra-revolução neoliberal, contribuiu à vitória da idéia de democratização racial do privilégio.

Sequer a esquerda revolucionária – com destaque ao PSTU –, escapou à pressão, forte entre estudantes negros, abraçando as “cotas”, como extensão das sensibilidades ambientalistas, feministas etc. Foi fundamental no processo a indigência teórica da esquerda marxista no Brasil e seus escassos laços com mundo do trabalho fragilizado.

Para o gáudio do capital, a *racialização* fraciona o mundo do trabalho, dificultando a luta unitária por reivindicações substanciais possíveis de serem obtidas

¹ A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil”. *Estudos avançados* 2004, vol. 18, no. 50, pp. 51-66.

imediatamente. A proposta de identidade racial por sobre os interesses de classe apresenta como conquista a promoção de membros dos grupos étnicos, abandonando o combate da exploração pela democratização racial do privilégio.

Justificam-se as ações focalizadas com o argumento que os direitos universais não diminuem as desigualdades raciais. Invertendo-se a questão, o problema não é mais a pobreza da população negra, mas o fato de que não há negros ricos. Para tal visão, é avanço social se as desigualdades raciais diminuïrem pela metade e a exploração se multiplicar por dez. Haverá mais negros na miséria, mas mais negros privilegiados!

Não é problema que as medidas focalizadas atendam poucos negros. Seria positiva a progressão de um afro-descendente, mesmo fortalecendo a opressão, pois aumentaria a “auto-estima” dos que viverão sempre na miséria. Um negro num Mercedes constitui vitória para o *irmão* que viaja espremido na condução. O importante é mais negros sentados à mesa, mesmo que multidões de brancos, negros e pardos assistam a festa pela janela.

A luta geral por dobrar o salário mínimo, punir o trabalho informal, expandir o emprego, garantir saúde, educação, segurança etc para todo o habitante do Brasil, constitui a única forma de garantir, no aqui e no agora, através de bloco político-social unitário, direitos essenciais que interpretarão, sobretudo os setores mais desprotegidos, entre eles, os afros-descendentes.

Direitos que as condições atuais do Brasil podem garantir imediatamente, ao contrário do que afirmam os apologistas do capital, com a ruptura substancial da ditadura dos juros, da dívida, etc.

Seguindo o ideário étnico, um intelectual insuspeito como Valério Arcary afirma que um “governo dos trabalhadores, pelo menos nas fases iniciais da transição ao socialismo num país como o Brasil, poderia garantir acesso irrestrito ao ensino superior para todos, ou em qualquer curso”². Logo após a Revolução, um país pobre como Cuba garantiu o estudo e sustento de todos os universitários pobres.

Reivindicações de direitos universais deixam fora as necessidades específicas de segmentos étnicos, etários, minorados etc singulares que devem ser atendidas através de pauta específica dirigida, entretanto, para a todos os necessitados, e não a privilegiados.

² “Equidade e igualitarismo: Por quê os socialistas defendem as cotas?” www.pstu.org.br

MAESTRI, Mário. Raça, classe e política no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.94-97.

Palavras-chave: Raça; Classe; Política; Brasil.